

Guiné Equatorial: apelo para que se impeça a deterioração dos Direitos Humanos no país

As autoridades devem investigar a queixa apresentada por Joaquin Elo Ayeto contra os membros das forças de segurança que o ameaçaram e assegurar que todos os cidadãos estrangeiros recebam assistência jurídica e tratamento adequado com urgência.

Lisboa, 4 de novembro de 2021 – A recente e súbita deterioração dos Direitos Humanos na Guiné Equatorial é tida como muito preocupante pela Transparência Internacional Portugal (TI Portugal), que se encontra a implementar o projeto [APROFORT](#), financiado pela União Europeia, e que oferece assistência jurídica às vítimas de violações dos Direitos Humanos e monitora a situação do país através do [Observatório dos Direitos Humanos e da Boa Governança](#).

A TI Portugal recebeu relatos de ameaças à mão armada contra o ativista Joaquín Elo Ayeto, assim como notícias sobre a convocação pelo Ministério do Interior da Sra. Noelia Asama, por esta estar a exercer a sua liberdade de expressão, à semelhança do que já sucedeu no passado, embora agora não tenha sido presa.

"Para além da promessa perante a CPLP de abolir a pena de morte, é importante que os compromissos assumidos pela Guiné Equatorial em termos de governação no quadro de mecanismos de apoio estabelecidos com organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, sejam acompanhados de ações positivas e sustentáveis designadamente o respeito pela liberdade de expressão", afirma Karina Carvalho, Diretora Executiva da Transparência Internacional Portugal.

No quadro do projeto APROFORT, a TI Portugal foi também informada sobre a ocorrência de detenções de cidadãos estrangeiros em circunstâncias pouco claras, e a denúncia de que as autoridades da Guiné Equatorial não tiveram um desempenho ajustado aos riscos para a saúde destes cidadãos no meio da pandemia da COVID-19. As notícias sobre a alegada morte de um cidadão do Burkina Faso nestas incursões são profundamente desanimadoras.

A TI Portugal exorta as autoridades da Guiné Equatorial a investigar a queixa apresentada por Joaquin Elo Ayeto contra os membros das forças de segurança que alegadamente o ameaçaram, bem como assegurar que todos os cidadãos estrangeiros recebam assistência jurídica e tratamento adequado com urgência.

A [Clínica Legal](#) APROFORT em Malabo disponibiliza a todas as vítimas os seus serviços de assistência jurídica através do número +240 333 099 118 ou [reportando online](#).

Sobre a TI Portugal

A TI Portugal é o capítulo português da Transparency International, coligação global anti-corrupção presente em mais de 100 países. Criada em 2010, está também acreditada como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, é o Ponto de Contacto em Portugal do Pilar da Sociedade Civil da Comunidade das Democracias e membro da Tax Justice Network.

Através de investigação, informação e sensibilização sobre as causas e as consequências da corrupção e da má governança e do desenvolvimento de ferramentas práticas de monitorização cívica, tem como missão mobilizar cidadãos e organizações públicas e privadas em prol da transparência e integridade públicas, em nome de uma democracia mais participada e inclusiva.

Sobre o APROFORT

O APROFORT: Apoio, Proteção e Reforço de Ativistas e Organizações da Sociedade Civil no seu trabalho de promoção dos Direitos Humanos na Guiné Equatorial é um projeto cofinanciado pela União Europeia e coordenado pela Transparência e Integridade – Transparency International Portugal, com sede em Lisboa.

O principal objetivo do projeto é fornecer apoio, proteção e capacitação aos ativistas e organizações da sociedade civil que trabalham na promoção dos Direitos Humanos e da Boa Governança na Guiné Equatorial, através da obtenção de três resultados primários: 1) a abolição da pena de morte; 2) a proteção efetiva dos ativistas, organizações e grupos minoritários vulneráveis; e 3) o maior cumprimento dos compromissos de desenvolvimento do milénio e dos direitos humanos.

Para mais informações, contactar:

João Oliveira

joao.oliveira@transparencia.pt

927 443 998